

Marcello tem vitória no orçamento de 97

MURILO FIÚZA DE MELO

O ano que vem poderá ser um pouco melhor para o governador Marcello Alencar. Ontem à tarde, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou a proposta orçamentária de 1997 que prevê uma verba total de R\$ 16,3 bilhões. O governo conseguiu duas vitórias importantes: manteve os artigos 5 e 13 da proposta, considerados polêmicos pela oposição. Pelo artigo 5, Marcello Alencar terá a liberdade de utilizar onde bem entender 20% do orçamento (R\$ 3,2 bilhões). Já o 13, dá o direito ao governo de usar todo o dinheiro obtido com a venda de empresas estatais, sem que, para isto, peça uma autorização do Legislativo.

Os deputados estaduais aprovaram ainda a verba adicional de R\$ 130 milhões para o Tribunal de Justiça, que já contava com uma dotação de R\$ 769.316.000 na proposta orçamentária. A aprovação só ocorreu por pressão do governador Marcello Alencar, depois que o presidente do TJ, o

desembargador José Lisboa da Gama Malcher, cassou a liminar que suspendia a cobrança dos reajustes do governo de até 66% para metrô, trens e barcas. Na quarta-feira, Gama Malcher esteve na Alerj, onde pessoalmente fez seu *lobby* numa reunião com líderes dos partidos e com integrantes da Comissão de Orçamento.

O líder do PDT, Carlos Correia, apresentou em plenário duas emendas que modificavam os artigos 5 e 13 da proposta orçamentária, mas a bancada governista derrubou por 38 a 15. Segundo Correia, o artigo é um "cheque em branco que a Assembléia dá ao governo". O deputado Neirobis Nagae (PT) argumentou que, na realidade, o governo terá uma margem de ramanejamento de 50% do orçamento, já que R\$ 10 bilhões estão comprometidos com o pagamento de pessoal, de dívidas judiciais, entre outras despesas. "Os 20% foram sobre o total, quando na verdade teriam que ser calculados em cima de R\$ 6 bilhões", justificou.